

FONTE : OESP

DATA : 12.01.85

Que os defeitos, pelo menos, sejam diferentes

LUIZ CARLOS LISBOA

Um dos truques mais velhos da Humanidade, o transformar uma deficiência numa qualidade, vem sendo teimosamente usado pelo governo nos últimos tempos, enquanto não se esvazia no poder seu lado da ampulheta. O caçador primitivo dispara uma flecha e erra o alvo: imediatamente imagina que a piedade desviou sua mão. Foi assim nessa sucessão presidencial desastrosa para a situação, em que o governo foi derrotado no seu terreno, com as regras que fez adotar para seu proveito. Foi assim igualmente num dos últimos atos que lavrou, do qual recuou com ares magnânimos há dois dias: o decreto autorizando exploração mineral em terras indígenas. Por toda parte e em quase tudo, o mesmo nonsense, a marca absurda de alguma coisa tão feia quanto a incompetência, a imaturidade e a inexistência de assessoria. Esse é o gênero de coisas que o País espera que não se repitam no governo que começa em 15 de março.

Na sucessão, quem saiu perdendo foi apenas o governo — e tudo aquilo que se associou alguma vez ao "sistema" e ao que restou do Movimento de março de 64. Daí porque os prejuízos foram limitados. Com esse fracasso parece que todas as demais facções exultaram. Graças às idiosincrasias do presidente da República, o PDS ficou disponível ao assédio de gente muito viva. Anti-heróis arquetípicos que a opinião pública passou a odiar de todo coração, candidatos impensáveis enquanto forem o que são, a soma da imperícia, do capricho personalista e de uma certa rudeza resultou numa fórmula perfeita, digna de qualquer perdedor. Pois bem. Constatada a imensa bobagem, seus autores imaginaram uma fórmula de salvação que se resumiria na afirmativa de que o presidente "havia atingido seu objetivo, com a integral restauração do sistema democrático e a rotatividade de governo". Se isso não foi dito assim, pelo menos foi o que se pretendeu dizer, nas entrelinhas das declarações oficiais. Era assim que se contava a história, mas o que houve de fato foi um grave erro (ocasionado por incompetência ou capricho), seguido do desejo de repará-lo (era isso mesmo o que se desejava, afinal, ou vejamos como a nossa democracia é perfeita). Desse modo, ninguém reclamou nada, nem lembrou que alguém pôs em perigo coisas que não lhe pertenciam. Mas, finalmente, por que tanta seriedade? Em que país pensamos que estamos?

O caso do decreto que retirava da Funai a competência para regulamentar a exploração das áreas indígenas para fins de mineração, é mais sutil e talvez menos importante que a sucessão presidencial. O decreto foi levado ao presidente pelo ministro das Minas e Energia, no hospital onde S. Exa. estava internado. Coisas bem típicas aconteceram em decorrência dessa assinatura: comissão de índios visitou o futuro presidente da República, levando bordunas e tacapes. Na televisão, um índio brandiu sua arma contra

uma lente importada caríssima. O presidente em exercício da Funai rebelou-se contra o governo, fez declarações, proibiu o ingresso de estrangeiros nos parques nacionais e quase organiza uma nova Jacareacanga. Os correspondentes estrangeiros perderam o que prometia ser uma boa história, com guerrilhas e serpentes, digna das melhores manchetes e capas no Exterior. E eis que o governo emerge da colossal mancha com o jeito sábio que ultimamente vem adotando com maior frequência, para dizer que levou em consideração os protestos, e mais qualquer coisa sobre o direito dos índios. Pondo a coisa em termos ecológicos, em homenagem aos quase prejudicados: o governo ia matar a caça, mas sua pontaria falhou. Ante o fiasco, ocorre a explicação de que a piedade, a compreensão e o espírito democrático fizeram tremer a mão que empunhava a flecha.

A Nação está vivendo aquilo que se chamava antigamente de "vigília cívica". Todos conhecem, de antemão, o presidente que vai ser escolhido pelo colégio eleitoral — isto é, todos sabem seu nome e identificam facilmente seu rosto e sua expressão corporal. De resto, todos conhecem mal o futuro presidente Tancredo Neves. E chegou o momento de formular votos para que o homem que vai ocupar o cargo poderosíssimo de primeiro mandatário, num regime presidencialista sui generis, saiba o que deve ser evitado — mais do que aquilo que deve ser feito. Um país capaz de renovar suas esperanças, como este, saindo da cinza do desânimo e da recessão para voar de novo como Fênix renovada, merece ser tratado com verdade, franqueza, honestidade. Embora se saiba pouco da essência do futuro mandatário brasileiro, é legítimo pensar que ele pode ser o que o povo deseja e espera. A expectativa de mais de cem milhões de homens deve corresponder a uma possibilidade. Todos esperam que seja agora.

Ao governo que acaba, último do "ciclo revolucionário", é preciso tributar o reconhecimento de que cumpriu uma missão democratizante que podia ter recusado, e já trouxera do governo anterior. É certamente depois que ele deturx as alavancas do poder que se lhe vai conceder, mais dignamente, esse mérito. Mas nem por isso, por ostentar esses galardões, será preciso esquecer que alguns dos seus defeitos são difíceis de engolir, ou devem ser simplesmente silenciados. As tolices, as cinzadas, o personalismo bobo que ostenta devem ser examinados com frieza e minúcia de legista pelo governo que entrará, e tem todos os motivos para aprender agora. Saiba o dr. Tancredo que vai ser preciso resistir com vigor estóico à tentação demagógica e à investida populista. Mais que isso, porém, será indispensável evitar as atrações e repulsas instantâneas, o capricho e o rompante. Com auxílio do temperamento certo, isso pode ser conseguido. Depois, o País já consumiu toda a paciência de que dispunha para suportar essas fantasias. A hora é de conviver com a realidade.